

Estado, Desenvolvimento, Igreja e a «Luta pelas Consciências» na Primeira República de Cabo Verde (1975-1991).¹

Adilson F. Carvalho Semedo²

Introdução

Após a Independência Nacional, um dos grandes desafios do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foi a modernização de Cabo Verde. O corte com determinadas práticas tradicionais afigurou-se, programaticamente, fundamental na prossecução de tal objetivo. Consequentemente, e pela primeira vez na história do arquipélago, o Estado divorciou-se formalmente da Igreja concretizando assim uma nova fase de relações entre o religioso e o político.

Recentemente descortinamos que, aparentemente, não é sustentável falarmos da secularização «da» sociedade cabo-verdiana no período colonial, mas que é acertado, em relação ao mesmo período, a assunção de que se pode falar da secularização «na» sociedade cabo-verdiana na sua dimensão societal, e, outrossim, que é uma hipótese que a laicidade estabelecida a partir de 1975 tenha ocorrido sem choques de grande monta porque a diferenciação funcional entre a religião e a política desenhou-se ao longo das décadas que antecederam os anos setenta (SEMEDO, 2011, ps. 79-80).

Pudemos constatar que as estratégias nacionalistas e eclesiásticas, particularmente da Igreja Católica, já vinham sendo testadas ao longo da década de sessenta. Os primeiros estabeleceram a luta de libertação como meio para a independência e esta como condição elementar para o desenvolvimento, enquanto os segundos passariam a ser orientados, em termos doutrinários, no sentido de procurarem atender à necessidade do desenvolvimento. Assim, tanto no domínio político como no religioso, o serviço ao povo foi eleito como horizonte de expectativas (SEMEDO, 2011, p. 80).

¹ Semedo, Adilson F. C. (2015). Estado, Desenvolvimento, Igreja e a «Luta pelas Consciências» na Primeira República de Cabo Verde (1975-1991), In Furtado, Cláudio A., Joseph-Laurent, Pierre & Évora, Iolanda, *As Ciências Sociais em Cabo Verde, Temáticas, Abordagens e Perspetivas Teóricas*. Praia, Edições Uni-CV, Coleção Sociedade, vol. 8, pp. 367-391

² Doutorado em Sociologia. Professor Auxiliar no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde, Investigador integrado no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP). Correio electrónico: adiguído@hotmail.com.

É questionável se se terão apercebido disso os dirigentes nacionalistas, particularmente, é indagável se foi considerado que a laicização do Estado poderia, finalmente, libertar a Igreja Católica da circunferência estatal, com todos os riscos que isso poderia acarretar para a esfera política do sistema social em Cabo Verde.

Provavelmente, esta questão foi considerada e é plausível que, dentro da conjuntura de vitória sobre os poderes coloniais, a Igreja Católica não constituísse preocupação de grande monta, estando ela sujeita a fazer o seu reajustamento aos novos tempos. No nosso entender, e nas páginas seguintes procuraremos fundamentá-lo, o que não foi devidamente considerado foram os limites desse reajustamento, que viria a ser traduzido como uma peregrinação “com o olhar sempre fixo em Jesus Cristo e os pés bem fincados no chão da nossa terra”³.

Neste sentido, importa clarificarmos que não problematizamos os feitos estatais e eclesiásticos em prol do desenvolvimento, tampouco tratar da riqueza e da complexidade que marcaram a relação e a reflexão sobre o desenvolvimento no período temporal selecionado, mas intentamos um exercício teórico de observação de segunda ordem sobre a distinção do Estado como motor do desenvolvimento (cf. PEREIRA, 1985, p. 33), confrontando esta racionalização, enraizada no subsistema político, com outra racionalidade que lhe é exterior, no nosso caso, a do subsistema religioso.

Para tal efeito, buscamos demonstrar que os primeiros 15 anos da independência de Cabo Verde ficam marcados pela descrição da modernização societal a partir do conceito de desenvolvimento, tanto na perspectiva do subsistema político como na do subsistema religioso, erigidos, respectivamente, sobre os valores segurança e liberdade.

Correlativamente a este pressuposto, assumimos como hipótese que, nas conceções de desenvolvimento propostas pelo Estado e pela Igreja Católica local, na altura, externalizações cimeiras dos subsistemas distinguidos, sustentou-se uma relação institucional contraditória, que descrevemos como de «luta pelas consciências cabo-verdianas», um aspeto menos aprofundado no conjunto do que Aristides Pereira designou de “lutas de Reconstrução Nacional” (PEREIRA, 1985, p. 3).

Em termos teórico-metodológicos, a nossa estratégia de trabalho e a nossa hipótese resgatam alguns fundamentos da teoria dos sistemas autorreferentes e autopoieticos que oferecem outras possibilidades de observação das relações entre a Religião e a Política, na medida em que as constituem como subsistemas do sistema

³ Bispo D. Paulino na Sessão de Abertura da II Assembleia Diocesana. **Terra Nova: Órgão Cristão de Formação e Informação**. Mindelo, (ano XIV), (nº 155), p. 1, janeiro de 1989.

social, encarregues de desempenhar uma função «da» sociedade (cf. LUHMANN, 2007b).

Luhmann propõe que se pode falar de sistema quando se tem diante dos olhos características tais que, uma vez suprimidas, colocariam em questão o caráter de objeto do dito sistema (LUHMANN, 1998, p. 27). Assim, pode-se entender por sistema tudo aquilo que, ligando operações próprias, se diferencia em relação a um ambiente (MANSILLA & NAFARRATE, 2008, p. 404).

Este autor defende que cada sistema define-se por uma série de eventos ou de operações relacionados um ao outro. No caso de seres vivos, são processos fisiológicos, no caso de sistemas psíquicos os processos são ideias, e no caso dos sistemas sociais são comunicações. Esses sistemas formam-se ao se distinguirem do ambiente, no qual os seus respetivos eventos e operações ocorrem (BECHMAN & STEHR, 2001, p. 190). De realçar que os sistemas não-vivos são os únicos que não são capazes de se produzirem a si mesmos, daí serem desprovidos de uma característica comum aos outros sistemas, a autopoiesis (IZUZQUIZA, 2008, p. 110).

Por sua vez, o ambiente é todo o demais (LUHMANN, 1998, p. 176), um estado de coisas relativo ao sistema, um correlato negativo do sistema, uma unidade que não é capaz de realizar operações, que não pode perceber o sistema, que não o pode manejar, nem influir sobre ele e, por isso, uma referência indeterminada ao ambiente permite ao sistema totalizar-se a si mesmo.

Observadas a partir da teoria dos sistemas sociais, a religião e a política delimitam âmbitos de comunicações específicas; adequam e estruturam, através de respetivos meios de comunicação simbolicamente generalizados (fé e poder), códigos (imanente/transcendente e governo/oposição) e programas (sagrada escritura/programa político), a sua atividade autorreferente dentro das suas especificidades; destinam, a partir de um sentido autorreferente, o segmento da complexidade que devem reduzir ao aspeto da função que cumprem; constituem multiplicações parciais da sociedade como um todo, apresentando-se um para o outro como ambiente (CORSI, ESPOSITO & BARALDI, 1996; KING & THORNHILL, 2003; LUHMANN, 2007a, LUHMANN, 2007b; MOELLER, 2012.).

Assim, considerando as comunicações políticas e religiosas dentro de uma conceção que as ontologiza como operações sociais autorreferentes e autopoieticas, selecionamos como unidades objetivas de análise as respetivas comunicações públicas

sínteses, referentes ao desenvolvimento das ilhas, ou seja, relatórios partidários, discursos políticos, cartas pastorais, discursos e homilias.

Ainda, tomamos como unidade temporal de observação o período compreendido entre 1975-1991, a Primeira República de Cabo Verde. Como unidade social de análise, ou seja, os endereços aos quais podem ser atribuídos as referidas operações comunicativas, selecionamos o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), a Presidência da República, a Administração da Diocese e o Jornal Terra Nova.

Entretanto, também se impõem outras clarificações metodológicas. Alertamos que este trabalho não intenta nem a exposição analítica das linhas gerais do pensamento da igreja local e do partido/estado, nem a apresentação de vastas fontes e de vasta documentação. Assim, não discutimos a estratégia implementada em Cabo Verde para atender a aspiração ao desenvolvimento (a opção assistencialista), as suas razões internas ou externas, e tampouco como esta conjugação de variáveis moldou o Estado cabo-verdiano à nascença (cf. CORREIA E SILVA, 2001).

Tencionamos demonstrar que, enquanto corpo de ideias dominante a partir da independência nacional, o desenvolvimento não se restringiu unicamente à esfera política do sistema social em Cabo Verde e constituiu um sustentáculo temático importante na contraposição da Igreja Católica à ação mobilizadora direta do Estado e indireta do Partido (primeiramente PAIGC e depois PAICV).

Na primeira seção, opcionalmente, acolhemos o desenvolvimento como uma semântica histórica, ou seja, como um modo de expressão condensado, nome e palavra especial, modo de expressão, definição de situação e receita, provérbio e relato, mediante o qual se conserva a comunicação digna de preservação para reutilização (LUHMANN, 2007b, p. 510), ou ainda, como um corpo de ideias que assegura um período de graça a inovação estrutural até que esta se encontre suficientemente assentada para poder afirmar-se por direito próprio (MANSILLA & NAFARRATE, 2008, p. 377).

Importa-nos observar como, em Cabo Verde, as externalizações cimeiras dos subsistemas político e religioso descreveram o que assumimos como o corpo de ideias que se impôs como ordem de direito próprio, particularmente a partir de julho de 1975. Assim, numa sessão mais descritiva do que analítica, apresentamos uma sucessão de pontos de vista síntese do Governo da Igreja Católica local e do Estado cabo-verdiano, como leituras homogêneas. Embora estejamos cientes de que a construção dos

significados atribuídos ao desenvolvimento estava sujeita a disputas no interior destas instituições, não priorizamos o processo de elaboração destes pontos de vistas síntese, restringindo-nos ao produto final exposto ao público.

Na segunda sessão, que pretende ser mais analítica, buscaremos fundamentar a hipótese que dá forma a esta observação, marginalizado a discussão em profundidade da relação entre a política e a religião dentro da teoria social e a sua possível transmigração para o contexto cabo-verdiano.

II) O Desenvolvimento como Semântica Política e Religiosa.

Quando contrapomos a Igreja Católica ao Estado em Cabo Verde, durante os primeiros 15 anos da Independência Nacional, devemos ter presente que indiretamente a contrapomos ao Partido, pois, na Guiné como em Cabo Verde, o Estado nasceu como um instrumento ao serviço do Partido para a realização do seu programa, que exigia toda uma série de realizações práticas, materiais, técnicas e administrativas que um partido político não pode desenvolver, cabendo assim ao Estado, sob a direção do Partido, a execução do seu programa económico, social, cultural, de defesa e de segurança (PEREIRA, 1978, p. 126).

Ao Partido competia agir pela persuasão e influência, na base da confiança que suscita pelos seus atos e posições políticas e ideológicas. Visava, sobretudo, a consciencialização, esclarecimento e orientação das massas (idem), desempenhos que evidenciavam o seu papel de guia da sociedade cabo-verdiana rumo ao desenvolvimento e à justiça social (PAICV, 1988b, p. 64).

Logo no nascimento do estado cabo-verdiano, o desenvolvimento económico e social foi descrito, dentro do subsistema político, como parte integrante da própria luta de libertação, continuação e suporte de um processo político que, tendo a independência como etapa necessária, nela não se esgotava (PEREIRA, 1985, p. 8).

Conforme Aristides Pereira, a situação económico-financeira resultante da dominação colonial era externamente difícil e refletia integralmente séculos de exploração e abandono, tendo sido herdado do colonialismo uma situação económica caracterizada essencialmente pela ausência de infraestruturas básicas e de estruturas produtivas, pelo mau aproveitamento dos recursos locais, pelo desequilíbrio e dependência do comércio externo, pela dependência do aparelho monetário e financeiro, pelo analfabetismo e pela falta de quadros técnicos qualificados (PEREIRA, 1978, p. 40).

Neste sentido, o texto de proclamação da independência de Cabo Verde delimitou que as componentes do subdesenvolvimento a combater na construção do país seriam “a miséria, a fome, o analfabetismo” (cf. SILVA, 2010, p. 403), donde advém que o conceito de desenvolvimento do PAIGC derivasse da necessidade de transformar a realidade objetiva do atraso em que foi deixado o povo guineense e cabo-verdiano:

No programa do partido define-se como objectivo para se alcançar a justiça e realizar o progresso para todos, a liquidação da exploração do homem pelo homem e de todas as formas de sujeição da pessoa humana a interesses degradantes, proveito de indivíduos, de grupos ou de classes. É pois dentro desta linha de orientação que o PAIGC concebe o desenvolvimento dos nossos países (PEREIRA, 1978, p. 55).

Pelo exposto por Aristides Pereira, o desenvolvimento atendia à necessidade de conquista da independência económica, mas estaria dependente de uma vontade política firme e determinada de transformar as realidades e, neste sentido, a pedra angular da estratégia de desenvolvimento era a ação política do Partido, a única força capaz de conseguir fazer sair o povo do ciclo de subdesenvolvimento, de romper com as estruturas do passado, de liquidar as consequências desastrosas do tipo de economia legado pela dominação colonial, caracterizado por uma economia de mercado pouco desenvolvida, ao lado de uma economia atrasada de subsistência (PEREIRA, 1978, ps. 57-58).

Nos 15 anos da Primeira República, os congressos do Partido, enquanto momentos de avaliação dos passos dados e de legitimação de novos rumos, constituíram ocasiões marcantes na reafirmação e remodelação deste ideário do desenvolvimento, o que demonstra o alcance desta semântica na conservação da comunicação política digna de preservação para reutilização.

Em 1983, o Relatório do Conselho Nacional ao II Congresso, do já então PAICV⁴, estipulou que o desenvolvimento de um país se processa sempre ao ritmo próprio, de acordo com o nível do desenvolvimento das suas forças produtivas, da evolução dos valores culturais e sociais e dos objetivos pretendidos, de modo que pretender resolver muito rapidamente os inúmeros problemas que a luta pelo progresso implica, sem ter em conta estes fatores, teria significado, para Cabo Verde, o aumento da dependência externa, a hipoteca do futuro com um forte endividamento e o

⁴ Assumimos uma exposição em continuidade uma vez que o surgimento deste partido não trouxe alterações de fundo ideológico, principalmente, porque o PAICV passou a reclamar a condição de verdadeiro depositário dos ideais da luta de libertação, dos ideais de Amílcar Cabral. Relativamente ao nascimento do PAICV sugere-se a consulta de LOPES (2002, ps. 633-669) que discute as causas que levaram a cisão do projeto de unidade Guiné-Cabo Verde e suas implicações políticas no arquipélago.

desequilíbrio do desenvolvimento, criando pólos de riqueza dentro dum mar de miséria (PEREIRA, 1983, p. 19).

Reforçou-se o entendimento de que o desenvolvimento em Cabo Verde se processa de acordo com as linhas orientadoras gerais que o Partido soube traçar em cada etapa da luta e que, na então presente etapa da reconstrução nacional, as linhas mestras que orientavam o desenvolvimento seriam: desenvolvimento e modernização da agricultura; desenvolvimento da indústria e do comércio em bases modernas; controlo do comércio externo e coordenação do comércio interno pelo Estado; fomento da indústria turística; salvaguarda do equilíbrio macroeconómico; estabilidade e consolidação da moeda nacional; promoção, incentivo e apoio ao desenvolvimento da produção popular; encorajamento e apoio à iniciativa privada; incentivo ao aumento das remessas dos emigrantes e apoio à sua aplicação em benefício dos emigrantes e do país (PEREIRA, 1983, ps. 19-20).

Um dos documentos do II Congresso reiterou que cabia ao PAICV estabelecer as bases gerais do programa económico do país, definir as etapas e estabelecer as vias da sua realização e, como linha geral da estratégia de desenvolvimento, foi estipulado que o processo de desenvolvimento económico e social de Cabo Verde não deve reproduzir o modelo anterior, que se traduziu no aumento das injustiças sociais, da dependência externa, dos desequilíbrios regionais, mas, pelo contrário, deve promover a implantação de um novo modelo que ultrapasse o mero crescimento harmonioso do país, baseado no esforço nacional e centrado na promoção global do homem cabo-verdiano (PAICV, 1983, ps. 8-10).

Tomando as más condições ecológicas agravadas pela seca, a escassez de recursos naturais, a reduzida dimensão do território e a insularidade do país, a elevada taxa de desemprego, a não integração do território nacional e a fraca qualificação dos recursos humanos como as limitações objetivas, delineou-se que a estratégia de desenvolvimento deveria visar, essencialmente, objetivos económicos (PAICV, 1983, p. 11).

Outrossim, foi assegurado que a concretização desse projeto económico e social far-se-ia através de um processo complexo que teria de enfrentar contradições internas e externas crescentes. Por isso, exigia uma direção política firme, do ponto de vista ideológico, esclarecida, do ponto de vista organizativo, capaz não somente de assegurar a participação coletiva organizada das forças sociais de transformação da realidade nacional, mas também de controlar e orientar esse processo em benefício das massas

trabalhadoras e do interesse nacional, e de fixar corretamente, em cada etapa, os objetivos a atingir e a melhor estratégia a seguir para a orientação desse esforço (PAICV, 1983, p. 10).

Em 1985, por ocasião do X Aniversário da Independência Nacional, o Presidente Aristides Pereira afirmou que os objetivos, sempre os mesmos, resumiam-se no assegurar o desenvolvimento do país, na base dos princípios da democracia revolucionária, na eliminação das sequelas catastróficas da longa noite colonial, no desenvolvimento da economia e da cultura para surgir um Estado independente, democrático e forte (PEREIRA, 1985, p. 3).

É relevante constatar a estipulação da complexidade da ação do Estado, que vê subdividida a sua responsabilidade de inverter a situação prevalecente em duas fases. Primeiro, combatendo as mais graves sequelas do colonialismo para, de seguida, lançar as bases do processo de desenvolvimento nacional, satisfazendo a um tempo as necessidades da coletividade e criando a indispensável confiança no futuro do país (PEREIRA, 1985, p. 33).

Nesse mesmo ano, no dia 3 de março, veio a público a Carta Pastoral “A Igreja de Cabo Verde e o Desenvolvimento”. Seria a primeira comunicação dada ao público que discutia, com exclusividade, o entendimento da Igreja local sobre o desenvolvimento, mas não a primeira vez em que o responsável pela diocese expunha o seu entendimento sobre o tema.

Confirmamos isso na entrevista ao jornal Terra Nova, quando, discorrendo sobre a mensagem especial ao povo no momento em que se celebrava o I aniversário da sua Independência, o Bispo de Cabo Verde sustentou que, após a conquista da Independência, o maior desejo do povo cabo-verdiano era o do desenvolvimento, sendo por isso necessária uma reflexão sobre as exigências de um desenvolvimento integral, individual e comunitário do homem cabo-verdiano, que fosse capaz de levar cada membro da comunidade à normalização das necessidades da sua vida, a um equilíbrio social justo, à instauração de um ambiente propício que permitisse a cada homem beneficiar dos direitos afirmados universalmente para a pessoa humana e dos meios necessários para os exercer⁵.

⁵ Vide Terra Nova Entrevista D. Paulino Évora Bispo de Cabo Verde. **Terra Nova: Órgão Cristão de Formação e Informação**. São Filipe, (ano II), (nº 15), p. 1, 3, e 6, junho de 1976.

Sem precisar o que a Igreja entendia por desenvolvimento, o Bispo Dom Paulino Évora fez uma chamada de atenção aos obstáculos que impedem a criação de uma Nação verdadeiramente próspera e onde todos se possam sentir bem, como a predominância do espírito de consumo sobre o de produção, a falta do sentido do bem comum, o desejo de uma promoção pessoal.

Acautelou que o cristão, com maioria de razão, deve evitar tais atitudes, porque deve saber que, dados os laços que o unem ao universo, “ele tem de tomar as coisas deste mundo a sério e procurar desenvolvê-lo e melhorá-lo, para maior prosperidade de seus irmãos, devendo ele ser o primeiro a empenhar-se e com a máxima perfeição.” (Terra Nova, nº 15, p. 6).

Com isso, explicou o Bispo Dom Paulino Évora, o cristão não só impede que se deixe de lançar-lhe no rosto a acusação de que sua religião o desvia da construção do mundo como, sobretudo, dá um empenhamento temporal à sua Fé, concluindo que para a construção de uma nova sociedade era urgente que todos os filhos de Cabo Verde tomassem verdadeiramente a sério as suas responsabilidades em todos os domínios da vida social, particularmente na família, na profissão e na comunidade política.

Assim, despontado o desenvolvimento como um imperativo do presente ao qual os cristãos não deviam esquivar-se, anunciava a administração da igreja local estar em sintonia com o «retorno à terra». Ao mesmo tempo, deixava em aberto a possibilidade da apreciação das suas contribuições aos decisores políticos.

Por sua vez, na Carta Pastoral expôs, na página de abertura, que “mesmo quando os Estados modernos se mostraram em condições de assumir a tarefa da promoção e do desenvolvimento dos povos, a Igreja nunca perdeu o sentido da sua missão”, de modo que, comungando ainda as mesmas aspirações e sofrimentos do homem e desejosa de o ver alcançar um pleno e verdadeiro desenvolvimento, ela quer continuar a propor-lhe o que possui como próprio, isto é, uma visão global do homem e da humanidade” (ÉVORA, 1985, p. 1).

Segundo o Bispo, torna-se compreensível que a Igreja se interesse pelo desenvolvimento, se for considerado que a sua missão evangelizadora comporta necessariamente a ação para a justiça e para as tarefas de promoção do homem, dado que existem, entre a evangelização e a promoção humana ou desenvolvimento, laços profundos e inseparáveis de ordem antropológica, teológica e de caridade, condicionalismo que faz com que a “evangelização só seja completa quando tiver em

linha de conta as relações concretas e permanentes existentes entre o Evangelho e a vida social” (ÉVORA, 1985, ps. 2-3).

É evidenciado ainda que o que impulsiona a Igreja a uma ação assim tão comprometida com os homens é a profunda visão que ela tem do homem, buscando em Jesus Cristo, enquanto Verdadeiro Homem, “a verdadeira visão antropológica do homem, visão essa que, por estar bem mais acima e além de quaisquer outras, as ultrapassa em profundidade e em extensão” (ÉVORA, 1985, p. 4).

Assim, o desenvolvimento sustentado pela Igreja é nos apresentado a partir do pressuposto que o homem é um corpo que se alimenta, que cresce, se reproduz e acaba por morrer, mas também um coração, um espírito capaz, portanto, de refletir, de estudar e acumular conhecimentos, um ser ávido de conhecer a felicidade, capaz de amar e de se dar aos outros, um ser capaz de se organizar, para planejar e para dirigir, um ser que não cresce apenas, mas que se desenvolve (ÉVORA, 1985, p. 8).

Entretanto, segundo Dom Paulino Évora, esse desenvolvimento é muitas vezes considerado apenas como um desenvolvimento económico, que não é senão um aspeto do desenvolvimento, pois apenas tem relação com o corpo e a sua subsistência. Sustentado na Encíclica *Populorum Progressio*, o prelado defende que o desenvolvimento não se reduz ao simples crescimento económico e que para ser autêntico, ele deve ser integral, isto é, promover todo o homem e o homem todo (ÉVORA, 1985, p. 8).

Assim, como correlato a este ideário de desenvolvimento aparece o tema liberdade. Sustenta o autor da referida Carta Pastoral que, querendo-se esse desenvolvimento integral, devia-se procurar assegurar a cada um uma vida decente, mas também dar-lhe possibilidade de exercer a sua iniciativa e a sua responsabilidade, de viver como um homem verdadeiramente livre, argumentando que é neste desenvolvimento integral do homem que a Igreja tem um papel verdadeiramente especial a desempenhar (ÉVORA, 1985, p. 9).

Explica que não se trata de uma liberdade que faz a pessoa totalmente independente da sociedade, mas uma liberdade que põe o homem em pé numa sociedade bem organizada, onde cada um, consciente da sua dignidade, toma as suas responsabilidades, onde cada homem é responsável pelo seu próprio desenvolvimento e responde por si próprio (ÉVORA, 1985, p. 11).

O prelado cabo-verdiano esclarece ainda que as vias pelas quais a Igreja participa no desenvolvimento são a mensagem e a servidão de Cristo, que fazem das

atitudes da Igreja, perante as ações de desenvolvimento, atitudes de serviço aos homens. Neste ponto, o confinamento nacionalista dos intentos do desenvolvimento é transcendido. Segundo o chefe do governo da diocese de Cabo Verde “toda a Igreja deve trabalhar por tornar os homens capazes de edificar rectamente a ordem temporal e de a ordenar, por Cristo, para Deus” (ÉVORA, 1985, p. 14).

Neste ponto, revela-se uma outra faceta do desenvolvimento enquanto semântica, na medida em que, enquanto corpo de ideias ligado a estrutura social, assegura a Igreja local um período de graça que lhe permite compatibilizar-se gradualmente com a inovação estrutural, que teve início com a independência política no arquipélago, sem renegar os seus valores presentes desde o período colonial.

Assim, fica reiterado que a Igreja está aí para trazer sentido, para dar significado a todas as aspirações de desenvolvimento, e mesmo que não tenha um plano premeditado para a reconstrução do mundo, adapta-se com discernimento às circunstâncias presentes, à cultura, à organização política, económica e social de cada país, proclamando sempre a mensagem de Jesus Cristo de que homens são livres e responsáveis, de modo que a sua missão não é de procurar o «ter» para os homens, mas tornar possível um desenvolvimento autêntico e integral, anunciando ao homem o sentido da sua existência, a razão de ser da sua vida (ÉVORA, 1985, p. 11).

Três anos depois da comunicação do Presidente Aristides Pereira e da Carta Pastoral do Bispo Dom Paulino Évora, por ocasião do III Congresso do PAICV, o Conselho Nacional abordou e ajustou a questão do desenvolvimento aos novos tempos, sustentando que o desenvolvimento “é, antes de tudo, uma prática social num mundo onde um processo contínuo de mudanças, alérgica a esquemas rígidos de funcionamento dos sistemas económicos, tornou-se a regra.” (PAICV, 1988a, p. 238).

Defendendo que no caminho árduo da independência económica, que é o objetivo maior do PAICV, a maturidade política e governativa já adquirida e a estabilidade política e social conseguida constituíam um capital precioso, que era imperativo frutificar e rentabilizar. Desta forma, o Conselho Nacional defendeu que o reforço da coesão ideológica e o estabelecimento de uma moral política sólida constituíam os garantes mais sérios da via do desenvolvimento que o Partido defendia, ou seja, o salvaguardar dos interesses do nosso povo e a promoção de um desenvolvimento que favorecesse o progresso das camadas menos favorecidas da população (PAICV, 1988a, p. 239).

Dos resultados do III Congresso destacaram-se a aprovação do Relatório do Conselho Nacional, a sua adoção como o documento orientador da atividade do Partido e do processo de construção do país (PAICV, 1988b, p. 64), e a deliberação de que se entrava numa nova fase de desenvolvimento do país (PAICV, 1988b, p. 66).

Assim, perante os desafios da mundialização da economia, a internacionalização da produção industrial, a deslocação progressiva da bipolarização do mundo para a multipolarização, o aprofundamento da interdependência na cooperação internacional, a competição extremamente cerrada a que estão submetidos os mercados mundiais, bem como a relativa desideologização do relacionamento dos Estados (PAICV, 1988a, p. 238), o Partido determinou que era fundamental o reforço da atividade ideológica em defesa do modelo de desenvolvimento que propunha.

Entre o apelo aos fiéis católicos e o reforço da atividade ideológica partidária, a hipótese da relação institucional baseada na «luta pelas consciências cabo-verdianas» encontra os seus fundamentos nas concepções do mundo, do homem e nas propostas soteriológicas não coincidentes (que trespassavam o apurado entendimento acerca do desenvolvimento enquanto direito legítimo) baseadas na teologia cristã e na teologia secular do Partido/Estado.

III) A Luta pelas Consciências Cabo-verdianas ou os Embates entre as Luzes Guias da Realidade Social em Cabo Verde.

Segundo Mbembe (2005), o Estado teológico é o Estado que não se preocupa unicamente com as práticas que se referem à distribuição do poder e da influência, às relações sociais, às disposições económicas e aos processos políticos. Ele também aspira explicitamente a definir o modo como os agentes sociais devem ver-se, interpretar-se e interpretar o mundo. É responsável pela produção das consciências pelas quais os agentes sociais se transformam em operadores históricos. No caso cabo-verdiano, as roupagens teológicas do Estado foram iluminadas pelo PAIGC/CV.

As primeiras indicações do embate público entre as luzes católicas e as luzes políticas/partidárias vêm do período em que a «concepção científica do mundo» se torna um tema nas comunicações religiosas. Na entrevista dada ao Jornal Terra Nova, em 1976, denotamos o interesse da Igreja local em atualizar-se relativamente aos novos tempos, na preocupação do Bispo em esclarecer qual é o contributo do cristão na construção da nova sociedade.

Mas, ao observarmos os principais documentos católicos que vêm a público por ocasião do ano comemorativo dos 450 anos da ereção da Diocese de Santiago de Cabo Verde, entre 1982 e 1983⁶, e os referentes ao Ano Internacional da Juventude, em 1985⁷, percebemos que, tomando como base a Encíclica *Redemptor Hominis*, as questões do mundo e do homem ganharam outros contornos.

Mais do que fornecer orientações acerca do que era preciso para a edificação da sociedade cabo-verdiana, o conteúdo das homilias referenciadas coloca a tónica na defesa da condição de cristão em contraposição a um mundo adverso ao cristianismo.

Assim, foi reiterado que o cristão deve “se empenhar profundamente nas comunidades – cristã e civil – que o acolhem e onde ele nunca pode ser um membro alheio ou morto” (VASCHETTO, 1987, p. 380), e lembrou-se aos que cedem à tentação de sacrificarem a fidelidade cristã à solidariedade humana imediata, sobre o pretexto de que assim realizam melhor a sua tarefa ao lado dos homens e com os homens, que existe “um modo cristão de trabalhar para a promoção humana quer se trata de educação, de saúde ou de desenvolvimento” (VASCHETTO, 1987, p. 396).

Alegando que não há motivo para que o cristão se exclua, ou seja, excluído dessas tarefas pelo simples facto de ser cristão, ou para que ele se encerre ou seja encerrado num apertado e asfixiante gueto, a recomendação aos fiéis, na homilia de 30 de janeiro de 1983, foi um expressivo “Não tenhais medo!” (VASCHETTO, 1987, p. 397).

Percebemos que, entre 1982 e 1983, as orientações do governo da diocese denotam uma distinção entre a comunidade cristã e a comunidade civil e que o foco das suas comunicações incide sobre o lugar da Igreja na sociedade. Este aspeto é reforçado

⁶ Cf. Homilia do Bispo Diocesano D. Paulino Livramento Évora, na abertura do ano comemorativo dos 450 anos da ereção da Diocese de Santiago de Cabo Verde, Pro-Catedral de Nossa Senhora da Graça, Cidade da Praia – Ilha de Santiago, 16 de maio de 1982, In: VASCHETTO, Bernardo. **Ilhas de Cabo Verde: Origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Santiago de Cabo Verde**. Boston: Edição Farol, 1987, p. 377-387; e Homilia do Bispo Diocesano D. Paulino Livramento Évora, na romagem à Cidade Velha, Ilha de Santiago, 30 de janeiro de 1983, In: VASCHETTO, Bernardo. **Op. Cit.**, p. 388-398.

⁷ Cf. Carta ao jovem «Por Cristo por um Mundo Novo» do Bispo Diocesano D. Paulino Livramento Évora. Praia, 21-9-94, In: VASCHETTO, Bernardo. **Op. Cit.**, p. 508-510; Discurso do Bispo Diocesano D. Paulino Livramento na abertura da 1ª Assembleia Diocesana de Jovens, Cidade da Praia, ilha de Santiago - Sois a primavera da Igreja -, In: VASCHETTO, Bernardo. **Op. Cit.**, p. 511- 513; e Homilia de D. Paulino Livramento Évora no encerramento da Assembleia Diocesana de Jovens, Cidade da Praia, Ilha de Santiago, 15-9-85, In: VASCHETTO, Bernardo. **Op. Cit.**, p. 514-519.

também ao nível externo, quando o Papa João Paulo II⁸ confirma que a Igreja que está em Cabo Verde, inserida na Igreja una e única, também leva uma resposta àquilo que há de mais profundamente humano como “a busca da verdade, a aspiração pelo bem, a fome da liberdade, o anelo da beleza e o iniludível apelo constante da consciência” (VASCHETTO, 1987, p. 413).

Neste contexto, percebemos que a questão da «conceção científica do mundo» ganhou publicidade, com relativa clareza, na carta, no discurso e na homilia referentes ao Ano Internacional da Juventude. Vivia-se uma fase de reafirmação do lugar da Igreja na vida social, passado o período pico da fase revolucionária, particularmente com a falência do projeto de unidade Guiné-Cabo Verde.

A carta ao jovem põe acento na questão da valorização, na participação do cristão na construção de um mundo melhor, mas estabelece que a construção de um mundo novo só é possível com Jesus Cristo, o fundamento do humanismo cristão, a partir do qual o homem readquire a sua verdadeira identidade (filho de Deus), e o seu verdadeiro rosto (a imagem de Deus), tanto que é entendido que a promoção do homem ou a reconstrução do mundo sem Deus significa a sua destruição (VASCHETTO, 1987, p. 509).

A homilia do encerramento da Assembleia Diocesana dos Jovens alarga algumas ideias apresentadas no discurso da abertura da Assembleia e realça, a partir do conjunto de orientações aos fiéis, o que descrevemos como as «lutas pelas consciências». Por exemplo, o Bispo D. Paulino Évora sustentou que em Cristo os jovens podem exprimir todo o seu potencial de cidadão cabo-verdiano e de cidadãos da comunidade mundial, recomendou-os a não ceder perante o dever de se manterem serenos e convictos de adorar e amar a Deus e o seu Cristo diante daqueles que os atacam ou desprezam por causa da fé, exortou-os a discernir e a distinguir o que é filosofia, política e religião, a exigir um ensino integral, isento, completo e a evitar conflitos e tensões entre «ser cristão» e «ser cidadão» (VASCHETTO, 1987, p. 517).

Percebemos que o que se contrariava era a conceção do mundo que excluía a transcendência, considerando exclusivamente a dimensão imanente da existência e interligou-se esta leitura a “uma mentalidade fechada e míopes horizontes de valores

⁸ Cf. Mensagem do Papa João Paulo II ao Venerável Irmão Dom Paulino Livramento Évora, Bispo de Santiago de Cabo Verde, Vaticano, 9 de maio de 1983. In: VASCHETTO, Bernardo, **Op. Cit.**, p. 411-416.

temporais e terrestres que esvaziam a vida de todo o significado transcendente” (VASCHETTO, 1987, p. 512).

Descrito a partir desta racionalidade sistémica religiosa diferenciada, herdeira de uma perspetiva que analisa a “história como um diálogo com deus” (LUHMANN, 2009, p. 105), o homem foi apresentado como “a luz da Encarnação de Deus na história do homem, do Deus que se fez homem” (VASCHETTO, 1987, p. 518) e enquanto tal é chamado a participar na construção de um mundo melhor, qualquer que seja a atividade em que se debruce. Segundo essa mesma racionalidade, não há nenhuma contradição entre Fé e Ciência, dado que a própria Ciência, nas suas aplicações, precisa de ser iluminada pela Fé.

Considerando que as traves-mestras da política de reconstrução nacional foram lançadas por Amílcar Cabral, percebemos que a contraposição entre as ideias-força para a transformação política, económica, social e cultural da sociedade, sistematizadas no Programa do Partido (PIRES, 1984, p. 445) com as ideias defendidas pelo catolicismo no arquipélago, tem como fundo implícito a contraposição entre o humanismo secular do pensamento de Cabral e o humanismo cristão, aspeto que não será alargado nesta reflexão por merecer tratamento particular.

Entretanto, vale realçar que o humanismo implícito na moral em Cabral traduziu-se nos objetivos da libertação nacional, na nova sociedade que dela emergirá, nas tendências progressistas, nas leis do desenvolvimento económico e social, nas novas relações sociais de produção a instaurar, na nova cultura a criar, baseada na conceção científica do mundo, e tem o homem, o individual e o social, e a sua formação integral, como elementos fundamentais (PIRES, 1984, p. 455). Estes aspetos permitiram ao Partido/Estado conceber o homem como a “pedra angular de todo o desenvolvimento” (PIRES, 1984, p. 457).

Descortinamos na sessão anterior que, até 1988, as considerações do Partido/Estado em matéria de desenvolvimento não faziam alusão formal ao que se desenhava no subsistema religioso, o que vale dizer que as comunicações religiosas não tinham ressonância no subsistema funcional político. No entanto, esta situação mudou com o Relatório do Conselho Nacional do PAICV ao III Congresso, que reconheceu que “os planificadores têm em geral a tendência para negligenciar a importância dos valores religiosos nas tentativas de alterar radicalmente os sistemas sócio-económicos” (PAICV, 1988a, p. 117).

Neste documento admitiu-se que a autenticidade do desenvolvimento nacional estava relacionada com a mobilização de todos os recursos materiais e humanos, afirmando, inclusive, que sem a mobilização dos recursos culturais não haveria desenvolvimento. É relevante lembrarmos que dentro do programa do Partido/Estado a religião foi remetida à dimensão cultural da vida humana, tanto que o cristianismo foi descrito como “um elemento do núcleo da cultura cabo-verdiana” (PAICV, 1988a, p. 118) e, conseqüentemente, daria o seu contributo ao desenvolvimento, enquanto elemento constituinte da cultura.

Convicto de não haver antagonismo entre os objetivos de desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana perseguidos pelo Partido e a doutrina cristã, o Relatório manifestou a abertura do Conselho Nacional à contemplação da contribuição cristã para o desenvolvimento realçando, porém, a necessidade de se aprofundar o conhecimento da sociedade cabo-verdiana no domínio das religiões e, a partir disso, definir uma estratégia de mobilização das suas potencialidades para o desenvolvimento (PAICV, 1988a, ps. 117-118).

Para a Comissão responsável pelo relatório do III Congresso do PAICV, na fase do combate pela consolidação da independência que se vivia em 1988, era crucial o reforço do diálogo entre o Partido e a sociedade. Para que fosse vencido o desafio da afirmação das suas ideias, para que fosse ganha a batalha do desenvolvimento, devia-se construir e alargar cada vez mais o «pacto de confiança» entre o Partido e o conjunto da sociedade cabo-verdiana (PAICV, 1988b, p. 84).

Analisando este aparte, a partir dos contributos da teoria dos sistemas autorreferentes e autopoiéticos, percebemos que no usufruto do domínio de decisões de repercussões coletivas, o subsistema político em Cabo Verde delimitou, a partir da independência nacional, no seu programa, que os defensores da independência estariam do lado positivo do seu código, o governo (os progressistas), enquanto os não-defensores estariam do lado negativo do código, a oposição (os conservadores).

Se considerarmos que o código representa a forma mediante a qual um sistema de funções trata cada possível objeto e, portanto, também as comunicações pertencentes a outros sistemas de funções (CORSI, ESPOSITO & BARALDI, 1996, ps. 40-42), uma vez constituído o código do subsistema político em Cabo Verde desta forma, o próprio código não podia admitir alternância partidária sob o risco da sua incorreta aplicação. Carecia de sentido político a simples possibilidade de entregar a defesa e a manutenção da independência aos conservadores, descritos, pelo PAIGC, no contexto das lutas pela

definição do campo político cabo-verdiano, como os opositores à independência (FURTADO, 1997; LOPES, 2002).

O programa do PAIGC/CV constituiu um modo possível de comportamento que permitiu aplicar o código do subsistema da função política no arquipélago de Cabo Verde. Entretanto, após os dez anos da Independência Nacional e mesmo se tornando uma das vozes que passaram a almejar uma nova forma de aplicação do código do subsistema político, já não era fundamentável a apresentação da Igreja local como uma força representante dos que se opunham à independência.

Aparentemente, o reconhecimento político/partidário de tal facto podia ter aproximado a Igreja do Partido/Estado. Todavia, tal não sucedeu.

Entendemos que a evolução do sistema social em Cabo Verde, no sentido da diferenciação funcional, aprofunda a compreensão das contradições que opuseram o subsistema político e o subsistema religioso, especificamente o Estado/Partido à Igreja.

Embora reconhecesse a centralidade do cristianismo na cultura cabo-verdiana, o programa do Partido/Estado visava a constituição de uma cultura de orientação científica. Assim sendo, o subsistema político carregava em si uma contradição que não se resolvia com o reconhecimento jurídico das confissões religiosas, no sentido de que na sua lógica programática, dos seus fundamentos teóricos em Cabral à sua aplicação prática, estava estipulado que se devia agir de modo que, paulatinamente e consoante os estágios da evolução da sociedade, a cultura científica substituísse a cultura tradicional, e mesmo os aspetos remanescentes desta última teriam que se adequar àquela, adequação esta que estaria sujeita à avaliação do Partido (CABRAL 1976, p. 232; CABRAL, 1974, p. 199).

Aceitando que o princípio da diferenciação funcional confere autonomia a cada um dos subsistemas, coloca-se em questão a centralidade de um subsistema, o que faz com que as operações de cada subsistema possam ser absorvidas como irritações pelos outros subsistemas, pode-se compreender que o estipulado, em termos programáticos pelo subsistema político, afetava diretamente o subsistema religioso, que absorveu essa informação como irritação e, a partir desta informação, passou a orientar as suas operações comunicativas.

Ou seja, o processo de estruturação de uma nova consciência (a revolucionária) e a inculcação de princípio da visão legítima, que influencia a capacidade de orientação dos cidadãos cabo-verdianos, das suas práticas e representações, produzindo categorias

de percepção ou equipamentos mentais de que estes se servem para ver e transmitir o mundo, tocava diretamente todos os propósitos religiosos.

Assim, no contexto pós-III Congresso, em 1989, na Sessão de Abertura da II Assembleia Diocesana, referindo-se ao crescimento e ao desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana como desafios à fé católica, o prelado cabo-verdiano sustentou que se é absolutamente inegável o valor que tem em si a Independência Nacional, não se pode minimizar os contravalores ou antivalores e lacunas que são portadores os esforços para tornar crível essa independência e para promover o homem cabo-verdiano com vista a assumir as consequências da mesma.

Como exemplo, apontou o facto de se pretender e de se procurar formar um novo homem cabo-verdiano baseado em valores alheios ou mesmo opostos àqueles valores anunciados e testemunhados por Cristo (Terra Nova, nº 155, ps. 1-2). Neste sentido, o apelo do Bispo discorreu sobre a obrigação de cada batizado a desenvolver a missão profética em que está investido, com vista a esconjurar os acontecimentos e as realidades que impedem o crescimento harmonioso e a promoção correta do homem cabo-verdiano não só no campo religioso, mas também no social, político, ético e cultural.

É demasiado sustentar que o esconjuro daqueles acontecimentos e realidades, sustentado numa lógica religiosa e não política, começava no Partido/Estado?

No fecho deste debate, em 17 de março de 1989, o Papa João Paulo II defendeu, perante o novo embaixador de Cabo Verde junto à Santa Sé, que a Igreja, perita em humanidade, apresenta um corpo de doutrina social como contributo para se ter uma visão justa e global do desenvolvimento que, no seu entender, não pode deixar de abranger as dimensões culturais, transcendentais e religiosas da pessoa humana e da sociedade⁹.

Perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 2 de outubro de 1989, o Primeiro-Ministro cabo-verdiano, Pedro Pires, admitiu, de forma genérica e tomando como base a experiência africana do desenvolvimento, que era provável que não se tenha sabido encontrar mecanismos que estimulassem e canalizassem as energias criadoras das populações para o processo do desenvolvimento e que a desarticulação provocada pelo rompimento com as estruturas tradicionais de enquadramento poderá estar na base da fraqueza nas relações poder político/sociedade (PIRES, 1989).

⁹ Cf. A Missão da Igreja favorece a causa do desenvolvimento. **Terra Nova: Órgão Cristão de Formação e Informação**, Mindelo, (ano XV), (nº 158), p. 1 e 8, abril de 1989.

Em janeiro do ano seguinte, por ocasião da sua visita a Cabo Verde, João Paulo II reiterou: “jamais, nunca mais, a negação dos direitos de Deus sobre o homem: o homem que vive é a glória de Deus.” (Vozdipovo, nº 903, p. III), e, no mês de setembro, o PAICV deixou, constitucionalmente, de ser a luz e o guia da sociedade e do estado cabo-verdianos (CARDOSO, 1993). Com isso, um programa político e cultural de modernidade (EISENSTADT, 2007) conhecia o seu ocaso no arquipélago de Cabo Verde e, em simultâneo, assistia-se a alvorada de um outro.

Conclusão

Se a experiência africana do desenvolvimento mostrou que o Estado pós-colonial não se contentou com o papel de um Estado-teológico, responsável por anunciar a verdade derradeira, mas também pretendeu ser um Estado-historiador (cf. MBEMBE, 2005), fica por esclarecer que condicionalismos socio-estruturais possibilitaram que a Igreja Católica de Cabo Verde se erigisse como uma legítima defensora de um outro sentido para a história, que combate, acima de tudo, a secularização das consciências.

A concessão que o subsistema político fez em 1988 merece destaque. Quando se admitiu a inclusão de contribuições religiosas, embora sujeitas ao crivo operacional do subsistema político, sinalizou-se o reconhecimento do reajustamento feito pela Igreja local aos novos tempos, ou seja, já não era possível apresentá-la como defensora dos ideais colonialistas, portanto, como mero instrumento de forças políticas conservadoras. Este trabalho (invisível) de compatibilização com a nova estrutura social foi um empreendimento eclesialístico que ainda cumpre ser sistematizado e que arrasta para esta discussão os outros comunalismos religiosos presentes no arquipélago na época.

Nós pudemos atentar que, sob a capa do desenvolvimento, versões humanistas divergentes embateram-se durante os 15 anos da I República de Cabo Verde, atualizando no arquipélago uma contenda identificadora da modernidade, cujo cerne “reside na cristalização e desenvolvimento de um modo, ou modos, de interpretação do mundo” (EISENSTADT, 2007, p. 19). Se Marx (1981) propôs que a religião é o sol enganador que gira em volta do homem enquanto ele não circula em torno de si mesmo, o cabo-verdiano não só não girou em torno de si mesmo, como encontrou como luzes guias tanto o Partido/Estado como a Igreja local.

Observados como sistemas parciais, tanto a religião como a política esforçaram-se em reconstruir o sistema social em Cabo Verde para si mesmo. Entendemos que o

foco do problema foi a orientação do programa do sistema parcial político que, tendo edificado a sua legitimidade em torno da luta da libertação e dos seus suportes ideológicos, visou reconstruir o sistema social para si, preconizando, como um dos resultados colaterais desse projeto, a substituição da reconstrução religiosa.

A autonomização do Estado em relação ao Partido, a partir de 1990, marcou o início de uma nova fase da história do sistema social em Cabo Verde e carrega como marca característica o facto de o Estado deixar de reclamar para si a tarefa de propor um desígnio teleológico o que, no mínimo, significa que a Igreja local deixou de ter um concorrente funcional.

Nesta data, ficava por discernir como, sabendo-se colaborador na autonomização do Estado, o sistema parcial religioso delimitaria os seus limites perante o regime democrático pluralista, principalmente, se considerarmos a denotada prevalência das comunicações religiosas católicas. Se, a partir de então, o sistema político precisava orientar as estratégias de desenvolvimento (modernização) de Cabo Verde pelas regras democráticas, que realçam o imperativo do respeito pelos direitos universais do indivíduo, todas as estruturas que operam segundo o sistema religioso também foram desafiadas a seguir pela mesma via.

Embora os valores do cristianismo tenham alimentado o que veio a ser distinguido como os direitos humanos universais e inalienáveis, deve-se ter presente que esta religião, desde o período colonial, tem na sua gaveta a resolução da questão da adequação da sua mensagem (universal) a situação dos africanos na história mundial (escravatura, colonização e acontecimento pós-colonial) (MBEMBE, 2005).

Em Cabo Verde, o monopartidarismo apenas adiou a solicitude para com esta demanda histórica, criando possibilidades para um novo enraizamento político-moral das igrejas cristãs e, aparentemente, na perspetiva religiosa, particularmente a católica, os primeiros anos de vivência democrática pluralista têm sido anos de vigília religiosa.

Todavia, esta postura não poderá ser perene. Afinal, o desenvolvimento de Cabo Verde é ainda uma meta que não dispensa nem a segurança (que tem o seu espectro na fome vivenciada no passado colonial) e tampouco a liberdade (sombreada pelas experiências, diferenciadas, de opressão colonial e pós-colonial).

Referências Bibliográficas.

BECHMANN, Gotthard & STEHR, Nico. Niklas Luhmann. **Tempo Social, Revista Sociologia**, 13(2). S. Paulo, USP, 2001, p. 185-200, disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol13n2/v13n1a10.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2011.

CABRAL, Amílcar. **P.A.I.G.C. Unidade e Luta**. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

CABRAL, Amílcar. **Obras Escolhidas de Amílcar Cabral: A Arma da Teoria, Unidade e Luta I**. (Vol. I). Textos coordenados por Mário de Andrade. Lisboa: Seara Nova, 1976.

CARDOSO, Humberto. **O Partido Único em Cabo Verde. Um assalto à esperança**. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1993.

CORREIA e SILVA, António Leão. O Nascimento do Leviatã Crioulo. Esboços de uma sociologia Política. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, 1, p. 55-68, 2001.

CORSI, Giancarlo, ESPOSITO, Elena & BARALDI, Claudio. **Glosario sobre la Teoría Social de Niklas Luhmann**. México D.F.: Universidad Iberoamericana, 1996.

EISENSTADT, Shmuel Noah. **Múltiplas Modernidades. Ensaio**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

ÉVORA, Bispo Paulino Livramento. **Carta Pastoral A Igreja de Cabo Verde e o Desenvolvimento**. Praia: Diocese de Cabo Verde, 1985.

FURTADO, Cláudio Alves. **Génesis e (re)produção da classe dirigente em Cabo Verde**. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1997.

IZUZQUIZA, Ignacio. **La Sociedad sin hombres: Niklas Luhmann o la teoría como escándalo**. (2.ed). Rubí (Barcelona): Anthropos, 2008.

KING, Michael & THORNHILL, Chris. **Niklas Luhmann's Theory of Politics and Law**. [New York]: Palgrave Macmillan, 2003.

LOPES, José Vicente. **Cabo Verde, os bastidores da independência**. (2.ed.). Praia: Spleen Edições, 2002.

LUHAMNN, Niklas. **Sistemas Sociales. Lineamientos para una teoría general**. Rubí (Barcelona): Anthropos; México: Universidad Iberoamericana; Santafé de Bogotá: CEJA, Pontificia Universidad Javeriana, 1998.

LUHAMNN, Niklas. **La religión de la sociedad**. Madrid: Editorial Trotta, 2007a.

LUHAMNN, Niklas. **La sociedad de la sociedad**. México: Herder; México: Universidad Iberoamericana, 2007b.

LUHAMN, Niklas. La dogmática religiosa y la evolución de las sociedades. IN: LUHAMN, Niklas. **Sociología de la religión**. México: Herder; México: Universidad Iberoamericana, 2009, p. 75-194.

MANSILLA, Darío Rodríguez & NAFARRATE, Javier Torres. **Introducción a la teoría de la sociedad de Niklas Luhmann**. México: Universidad Iberoamericana; Barcelona: Herder, 2008.

MARX, Karl. **Œuvres Philosophiques**. (Vol. I). Paris: Editions Champ Libre, 1981.

MBEMBE, Achille. **Afrique indocile. Christianisme, pouvoir et état en société postcoloniale**. Paris: Éditions Karthala, 2005.

MOELLER, Hans-Georg. **The Radical Luhmann**. New York: Columbia University Press, 2012.

PAICV. **Documentos do II Congresso: Lutar pelo desenvolvimento económico e social**. Praia: Edição do DIP do PAICV, 1983.

PAICV. **III CONGRESSO - Relatório do Conselho Nacional**. Praia: Departamento de Acção Ideológica do CN, 1988a.

PAICV. **III CONGRESSO – Resoluções, Moções, Discurso de Encerramento do Secretário Geral**. Praia: Departamento de Acção Ideológica do CN, 1988b.

PEREIRA, Aristides. **Relatório do C.S.L. ao III Congresso do PAIGC**. São Vicente: Gráfica do Mindelo, 1978.

PEREIRA, Aristides. **Reforçar o Partido e a democracia, consolidar a independência. Relatório do Conselho Nacional ao 2º Congresso do PAICV**. Praia: Edição do DIP do PAICV, 1983.

PEREIRA, Aristides. **X Aniversário Da Independência Nacional. Intervenção do Camarada Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAICV e Presidente da Republica, na II Sessão Extraordinária da 2ª Legislatura da Assembleia Nacional Popular**. Praia, 1985.

PIRES, Olívio. Libertação nacional e democracia revolucionária (Reflexões à luz do pensamento de Amílcar Cabral e da experiência de Cabo Verde). IN **CONTINUAR CABRAL, Simpósio Internacional Amílcar Cabral**. Odivelas: Grafedito/Prelo – Estampa, 1984, p. 445-461.

PIRES, Pedro. **Paz para Todos, Grandes e Pequenos**. Praia: «Edições vozdipovo», 1989.

SEMEDO, Adilson. F. Carvalho. Pode-se falar da Secularização em Cabo Verde antes da Independência Nacional? A diferenciação funcional do religioso e político no período colonial (1462-1975). **E-cadernos CES**, nº 13, Coimbra, 2011, p. 64-82.

SILVA, Mário Ramos Pereira. **As Constituições de Cabo Verde. Textos Históricos de Direito Constitucional Cabo-Verdiano.** (2.ed.). Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 2010.

Terra Nova: Órgão Cristão de Formação e Informação, São Filipe, (ano II), (nº 15), junho de 1976.

Terra Nova: Órgão Cristão de Formação e Informação, Mindelo, (ano XIV), (nº 155), janeiro de 1989.

Terra Nova: Órgão Cristão de Formação e Informação, Mindelo, (ano XV), (nº 158), abril de 1989.

VASCHETTO, Bernardo. **Ilhas de Cabo Verde: Origem do povo caboverdiano e da Diocese de Santiago de Cabo Verde.** Boston: Edição Farol, 1987.

Vozdipovo, Praia, (ano XIV), (nº 903), 30 de janeiro de 1990.